



# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

---



## RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

Departamento de Controle Interno

**1º QUADRIMESTRE / 2022**



# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

## Relatório de Controle Interno

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

---

### Acompanhamento Quadrimestral

Período: 1º QUADRIMESTRE do Exercício de 2022

**Ao**

**Exmo. Sr. Prefeito Francisco T. Nakano**

**Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra**

O Departamento de Controle Interno em cumprimento de sua competência, conforme Decreto Municipal nº 2.353 de 26 de novembro de 2013, apresenta o Relatório de Controle Interno referente ao 1º QUADRIMESTRE do exercício de 2022.

Este Relatório foi embasado através de ações desenvolvidas pelo Controle Interno e de questões encaminhadas às Secretarias e Departamentos dessa Prefeitura, permitindo responderem de acordo com o andamento do trabalho envolvendo a Gestão Pública e fornecendo indicadores para serem avaliados a execução orçamentária por amostras com ênfase nos principais resultados à complementar este Relatório

Este trabalho do DCI visa manter o Exmo. Senhor Prefeito e os Gestores Municipais informados sobre aspectos relacionados ao **controle financeiro, orçamentário e patrimonial** da Prefeitura, bem como, informações auxiliares às demonstrações contábeis e financeiras referentes ao período em análise.

De acordo com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal e perseguindo a premissa da Transparência da Gestão Pública, e utilizando sistema da Empresa contratada **Prescon Informática Assessoria Ltda**, que seu sistema informatizado importa dados que são enviados ao sistema Audesp do TCESP, compôs este relatório que prisma pela simplificação dos seus textos e tabelas, para que possibilite a compreensão das informações, garantindo a veracidade das informações.

Os dados, por amostra analisados é apresentado no relatório, devendo serem utilizados pela Administração, como instrumento auxiliar a fim de conduzir um **gerenciamento adequado, não conflitante com o burocrático e patrimonial**, e ser eficaz no atendimento dos interesses coletivos, cumprimento de metas nos objetivos estabelecidos, pois o controle interno, auxilia em corrigir eventuais erros, adaptar os projetos, planos e programas que necessitem de recomendações.

O presente Relatório foi elaborado através de análises das seguintes fontes documentais:

- Atividades executadas pelo Departamento de Controle Interno;
- Manual do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP
- Informações fornecidas pelas Secretarias e Departamentos, mediante solicitação por questionário emitido pelo Departamento de Controle Interno;
- Relatórios anuais, e alertas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP;
- Sistema de controle interno informatizado da Empresa Prescon Informática Assessoria.



# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

## Relatório de Controle Interno

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

---

As análises apresentam a situação orçamentária, financeira e patrimonial, e as informações foram extraídas dos arquivos xml remetidos pelos departamentos competentes da Prefeitura para o Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

O relatório está de acordo com normas aplicáveis ao Controle Interno e foi elaborado em concordância com os artigos 66, 67 e 68 das Instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

O responsável pelo Departamento de Controle Interno na conclusão de seus trabalhos, apresenta as análises realizadas, abordando os seguintes itens:

- 01. Avaliação da Gestão Orçamentária;**
- 02. Avaliação da Execução Financeira;**
- 03. Avaliação das Conciliações Bancárias;**
- 04. Aplicação dos Recursos no Ensino (art. 212, CF);**
- 05. Aplicação dos Recursos no FUNDEB;**
- 06. Aplicação dos Recursos na Saúde (art. 77, § 4º, inc. III, ADCT CF);**
- 07. Questionários Respondido pelos Departamentos;**



# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

## Relatório de Controle Interno DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

### 01. Avaliação da Gestão Orçamentária

A Lei Municipal nº 2880/2021, de 21/07/2021, que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2022, estimou a **RECEITA** em R\$ **597.715.800,00** e fixou a **DESPESA** em R\$ **597.715.800,00**. A execução orçamentária da Prefeitura apresentado no quadro a seguir, demonstra a receita prevista para o exercício e o resultado orçamentário em relação a despesa empenhada, liquidada e paga.

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
	PREVISÃO ATUALIZADA	PREVISTO ATÉ O MÊS	REALIZADO NO MÊS	REALIZADO ATÉ O MÊS	% AH		
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>506.023.939,46</b>	<b>248.357.934,41</b>	<b>0,00</b>	<b>212.191.611,92</b>	<b>41,93</b>		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	120.919.537,18	60.550.047,70	0,00	54.800.459,41	45,32		
CONTRIBUIÇÕES	14.608.400,00	7.229.657,96	0,00	6.126.165,86	41,94		
RECEITA PATRIMONIAL	3.080.774,18	2.268.129,68	0,00	2.099.558,93	68,15		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	338.237.271,10	168.730.171,70	0,00	142.568.333,57	42,15		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	29.177.957,00	9.579.927,37	0,00	6.597.094,15	22,61		
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>35.503.320,75</b>	<b>9.491.651,70</b>	<b>0,00</b>	<b>4.940.040,95</b>	<b>13,91</b>		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	62.424,00	62.424,00	0,00	62.424,00	100,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	35.440.896,75	9.429.227,70	0,00	4.877.616,95	13,76		
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>541.527.260,21</b>	<b>257.849.586,11</b>	<b>0,00</b>	<b>217.131.652,87</b>	<b>40,10</b>		
	PREVISTO ATÉ O MÊS	EMPENHADO	% AH	LIQUIDADO	% AH	PAGO	% AH
<b>DESPESA CORRENTE</b>	<b>395.649.951,69</b>	<b>348.249.323,87</b>	<b>88,01</b>	<b>113.345.224,88</b>	<b>28,64</b>	<b>108.996.649,18</b>	<b>27,54</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	186.885.821,55	187.627.738,13	100,39	63.535.232,20	33,99	61.049.769,93	32,66
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	6.642.000,00	6.642.000,00	100,00	3.276.880,33	49,33	3.276.880,33	49,33
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	201.886.940,02	153.979.585,74	76,27	46.533.112,35	23,04	44.669.998,92	22,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	235.190,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>58.438.639,84</b>	<b>42.559.139,53</b>	<b>72,82</b>	<b>11.412.127,83</b>	<b>19,52</b>	<b>10.808.007,37</b>	<b>18,49</b>
INVESTIMENTOS	52.554.639,84	36.675.139,53	69,78	8.990.589,10	17,10	8.386.468,64	15,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.884.000,00	5.884.000,00	100,00	2.421.538,73	41,15	2.421.538,73	41,15
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>454.088.591,53</b>	<b>390.808.463,40</b>	<b>86,06</b>	<b>124.757.352,71</b>	<b>27,47</b>	<b>119.804.656,55</b>	<b>26,38</b>
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (PREFEITURA)</b>	<b>-173.676.810,53</b>		<b>-79,98</b>	<b>92.374.300,16</b>	<b>42,54</b>	<b>97.326.996,32</b>	<b>44,82</b>

De acordo com o comportamento das receitas arrecadadas e despesas empenhadas, foi constatado o resultado orçamentário deficitário na despesa empenhada, e superavitário na despesa liquidada e paga.

Com relação ao comportamento da arrecadação de receitas, constatamos uma situação desfavorável, em virtude da tendência de déficit de arrecadação.

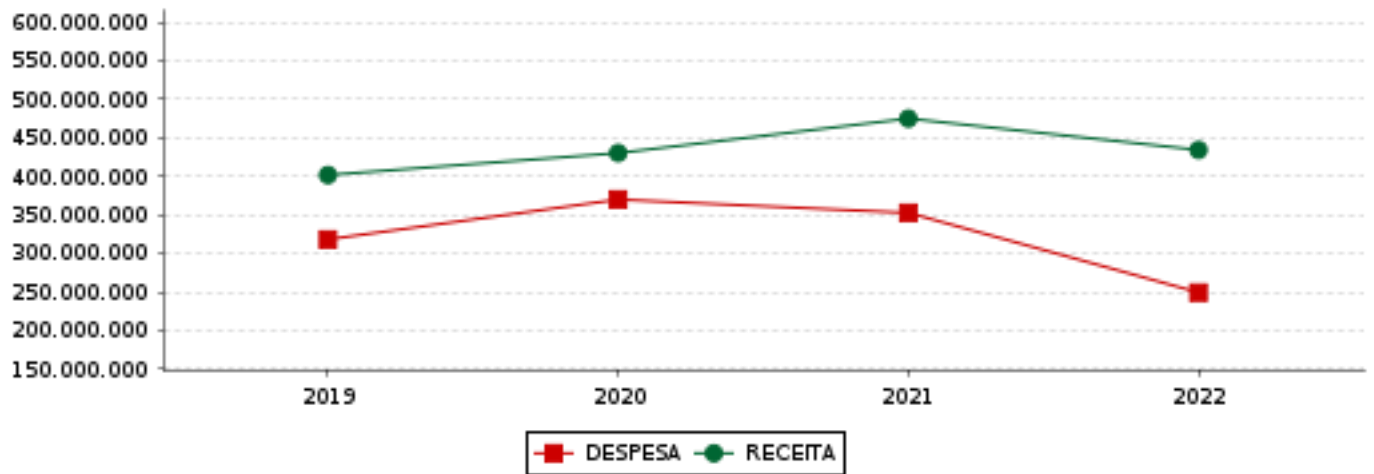
Ao fazer a análise somente das Receitas Correntes constatamos a tendência de não cumprimento das metas de arrecadação estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, uma vez que o valor arrecadado é inferior ao estimado para o período.

No gráfico a seguir demonstramos o comparativo entre a receita realizada e despesa liquidada dos últimos três exercícios, e a projeção para o exercício atual de acordo com a metodologia descrita abaixo no quadro.



# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

Relatório de Controle Interno  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO



**Nota Explicativa:** O método de cálculo para projeção de receitas e despesas considera o valor arrecadado e liquidado até o período, dividido pelo número de meses até o mês atual e multiplicado pelos meses restantes do exercício.

No quadro abaixo demonstramos o Resultado Orçamentário calculado pela Despesa Empenhada e Fonte de Recurso.

ANÁLISE POR FONTES DE RECURSOS				
	ARRECADADA	EMPENHADA	RESULTADO	%
RECURSOS PRÓPRIOS	149.355.424,35	215.623.120,80	-66.267.696,45	-44,36
RECURSOS ESTADUAIS	52.681.322,03	138.097.426,58	-85.416.104,55	-162,13
RECURSOS PRÓPRIOS FUNDOS	155.592,72	886.431,45	-730.838,73	-469,71
RECURSOS FEDERAIS	14.138.377,69	33.210.552,31	-19.072.174,62	-134,89
OUTRAS FONTES	738.328,08	2.990.932,26	-2.252.604,18	-305,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	62.608,00	0,00	62.608,00	100,00
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>217.131.652,87</b>	<b>390.808.463,40</b>	<b>-173.676.810,53</b>	<b>-79,98</b>

De acordo com a tabela acima, constata-se um resultado orçamentário deficitário na fonte de recurso próprio na ordem de **R\$ -66.267.696,45**, que corresponde a **-44,36%** do saldo orçamentário disponível. Na fonte de recurso estadual verifica-se um resultado orçamentário deficitário de **R\$ -85.416.104,55** representando **-162,13%** do saldo orçamentário disponível. Na fonte de recursos próprios de fundos especiais nota-se um resultado orçamentário deficitário de **R\$ -730.838,73** que equivale a **-469,71%** do saldo orçamentário disponível. Na fonte de Recurso Federal, percebe-se um resultado orçamentário deficitário de **R\$ -19.072.174,62** representando **-134,89%** do saldo orçamentário disponível. Na fonte de operação de crédito obteve um resultado orçamentário superavitário de **R\$ 62.608,00** demonstrando **100,00%** do saldo orçamentário disponível. Em outras fontes de recursos constata-se um resultado orçamentário deficitário de **R\$ -2.252.604,18** demonstrando **-305,09%** do saldo orçamentário disponível.



# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

Relatório de Controle Interno  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

## 02. Avaliação da Execução Financeira

A execução financeira apresentada no quadro a seguir, especifica o resultado dos saldos de bancos com as despesas liquidadas e não liquidadas a pagar.

RESULTADO FINANCEIRO	EXERC. ANTERIOR	%	EXERC. ATUAL	%
ATIVO FINANCEIRO <sup>1</sup>	80.012.534,43		82.419.435,39	
(-) DESPESAS À PAGAR - LIQUIDADAS <sup>2</sup>	23.001.638,45	71,25	,00	100,00
<b>(=) DÉFICIT/SUPERÁVIT PELA DESPESA LIQUIDADADA</b>	<b>57.010.895,98</b>		<b>82.419.435,39</b>	
PASSIVO FINANCEIRO <sup>3</sup>	69.055.933,50		287.260.180,39	
<b>(=) DÉFICIT/SUPERÁVIT PELA DESPESA TOTAL</b>	<b>10.956.600,93</b>	13,69	<b>-204.840.745,00</b>	-248,53

Nota Explicativa: <sup>1</sup>Ativo Financeiro: Disponibilidades e Haveres Financeiros, <sup>2</sup>Despesas à Pagar - Liquidadas: Despesas a pagar processadas de curto prazo, <sup>3</sup>Passivo Financeiro: Todas as despesas a pagar processadas e não processadas.

Abaixo o gráfico com o resultado financeiro da despesa liquidada a pagar e despesa total a pagar.



Conclui-se do quadro acima um Resultado Financeiro superavitário, demonstrando que a Prefeitura possui disponibilidade financeira frente as despesas a pagar liquidadas, constatando neste caso que a disponibilidade financeira é superior as despesas efetivamente realizadas e pendentes de pagamento.

Em outra análise, quando comparada a disponibilidade financeira frente as despesas a pagar LIQUIDADAS e as ainda NÃO LIQUIDADAS, constata-se um Resultado Financeiro deficitário.



# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

## Relatório de Controle Interno

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

ANÁLISE POR FONTE DE RECURSOS						
DESCRIÇÃO	BANCOS/CAIXA	RESTOS PAGAR EXERC. ANTER. PROCESSADO	NÃO PROC. LIQ.	À PAGAR NO EXERCÍCIO	RESULTADO	%
1 - RECURSOS PRÓPRIOS	21.185.387,03	818.041,75	197.733,26	97.765,43	17.571.846,59	82,94
2 - RECURSOS ESTADUAIS	20.302.187,31	0,00	0,00	55.818,53	18.346.368,78	90,36
3 - RECURSOS PRÓPRIOS DE FUNDOS ESPECIAIS	4.024.444,15	0,00	0,00	0,00	4.024.444,15	100,00
5 - RECURSOS FEDERAIS	35.656.799,47	100.102,96	0,00	99.112,20	35.157.584,31	98,59
6 - OUTRAS FONTES DE RECURSO	752.165,24	0,00	0,00	0,00	752.165,24	100,00
7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	36.558,79	0,00	63.872,13	0,00	-27.313,34	-74,71
8 - EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>81.957.541,99</b>	<b>918.144,71</b>	<b>161.605,39</b>	<b>4.952.696</b>	<b>75.825.095,73</b>	<b>0,00</b>

De acordo com a tabela acima, constata-se um resultado orçamentário superavitário na fonte de Recurso Próprio na ordem de **R\$ 17.571.846,59**, que corresponde a **82,94%** do saldo bancário disponível. Na fonte de Recurso Estadual verifica-se um resultado orçamentário superavitário de **R\$ 18.346.368,78** representando **90,36%** do saldo bancário disponível. Na fonte de Recursos Próprios de Fundos Especiais nota-se um resultado orçamentário superavitário de **R\$ 4.024.444,15** que equivale a **100,00%** do saldo bancário disponível. Na fonte de Recurso Federal, percebe-se um resultado orçamentário superavitário de **R\$ 35.157.584,31** representando **98,59%** do saldo bancário disponível. Em outras fontes de recurso constata-se um resultado orçamentário superavitário de **R\$ 752.165,24** demonstrando **100,00%** do saldo bancário disponível. Na fonte de Operação de Crédito obteve um resultado orçamentário deficitário de **R\$ -27.313,34** demonstrando **-74,71%** do saldo bancário disponível.

No quadro a seguir apresentamos o índice de liquidez imediata, demonstrado no Balanço Patrimonial da Prefeitura.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA	DISPONÍVEL	81.740.211,67	5,91
	PASSIVO CIRCULANTE	13.823.068,12	

Considerando o resultado financeiro apurado, verifica-se que a Prefeitura **possui** liquidez face aos compromissos de curto prazo, conforme apresentado acima.



# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

Relatório de Controle Interno  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

---

## **03. Avaliação das Conciliações Bancárias**

No período analisado não foram informadas as conciliações bancárias da Prefeitura Municipal





# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

Relatório de Controle Interno  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

## 04. Aplicação dos Recursos no Ensino (art. 212, CF)

O quadro a seguir apresenta a aplicação das receitas de impostos incluídas as transferências de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO ENSINO							
PREVISÃO INICIAL	331.381.131,49						
RECEITAS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS-ATÉ SET/22	147.380.770,24						
APLICAÇÃO MÍNIMA (25%)	36.845.192,56						
DESPESAS COM ENSINO							
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHAD	%	LIQUIDADO	%	PAGO	%
EDUCAÇÃO INFANTIL	22.143.512,35	5.704.514,69	<b>3,87</b>	1.929.039,50	<b>1,31</b>	1.910.854,78	<b>1,30</b>
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	15.927.019,02	25.081.758,80	<b>17,02</b>		<b>3,84</b>	5.282.664,45	<b>3,58</b>
RETENÇÕES AO FUNDEB	44.373.800,00	20.251.678,89	<b>13,74</b>	20.251.678,89	<b>13,74</b>	20.251.678,89	<b>13,74</b>
<b>TOTAL</b>	<b>82.444.331,37</b>	<b>51.037.952,38</b>	<b>34,63</b>	<b>27.833.134,23</b>	<b>18,89</b>	<b>27.445.198,12</b>	<b>18,62</b>

Abaixo segue explanado graficamente o percentual de gasto no ensino pela despesa empenhada, liquidada e paga em relação a aplicação mínima.



Conforme apresentado no quadro acima, constatamos que até o período analisado, a despesa empenhada e liquidada na manutenção e desenvolvimento da educação básica representou, respectivamente, **34,63%** e **18,89%** das receitas e transferências de impostos, portanto, somente a despesa educacional empenhada cumpriu o disposto no art. 212 da Constituição Federal. Dados de acompanhamento mensal.



# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

Relatório de Controle Interno  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

## 05. Aplicação dos Recursos no FUNDEB

O quadro a seguir demonstra a aplicação dos recursos recebidos pelo FUNDEB, incluído os rendimentos de aplicação financeira na manutenção e desenvolvimento da educação.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO FUNDEB							
PREVISAO ATUALIZADA							110.695.165,46
RECEITA DE TRANSF. DO FUNDEB E RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA							44.698.546,27
APLICAÇÃO MÍNIMA (70%) - MAGISTÉRIO							31.288.982,39
APLICAÇÃO MÍNIMA (90%) - RECURSOS RECEBIDOS							40.228.691,64
DESPESAS COM FUNDEB							
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%	PAGO	%
DESPESAS MAGISTÉRIO (MIN. 70%)	0,00	75.859.653,80	<b>169,71</b>	24.695.936,29	<b>55,24</b>	23.532.542,64	<b>52,64</b>
DEMAIS DESPESAS (MAX. 30%)	124.386.293,60	30.129.850,30	<b>67,40</b>	7.496.694,66	<b>16,77</b>	6.712.688,62	<b>15,01</b>
<b>TOTAL APLICADO (MIN. 90%)</b>	<b>124.386.293,60</b>	<b>105.989.504,10</b>	<b>237,12</b>	<b>32.192.630,95</b>	<b>72,02</b>	<b>30.245.231,26</b>	<b>67,66</b>

O gráfico abaixo demonstra o percentual de gasto no FUNDEB pela despesa empenhada, liquidada e paga, e ainda as despesas do magistério em relação a aplicação mínima.



Conforme o quadro acima, constatamos que até o período analisado, pela despesa empenhada, o Município aplicou **237,12%** dos recursos recebidos do FUNDEB, atendendo ao disposto no § 3º, art. 25, da Lei 14.113/20.

Com relação a aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério, constata-se pela despesa empenhada que até o período analisado aplicou **169,71%**, atendendo o mínimo estabelecido no art. 26 do mesmo dispositivo legal. Dados de acompanhamento mensal.



# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

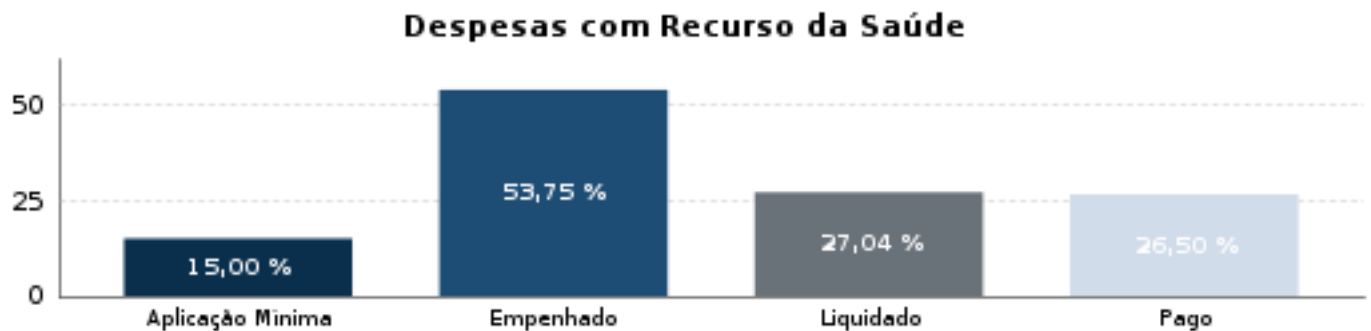
Relatório de Controle Interno  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

## 06. Aplicação dos Recursos na Saúde (art. 77, § 4º, inc. III, ADCT CF)

O quadro a seguir apresenta a aplicação das receitas de impostos incluídas as transferências de impostos nos serviços de saúde.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA SAÚDE						
PREVISÃO ATUALIZADA						323.860.131,49
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS						147.380.770,24
APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA - 15%						22.107.115,54
DESPESAS COM SAÚDE						
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%	PAGO
Administração Geral	10.094.100,00	8.936.100,00		5.694.581,11		5.565.497,68
Atenção Básica	17.321.900,00	20.701.900,00		13.205.650,08		12.758.901,91
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	48.781.000,00	49.302.995,26		20.774.675,72		20.554.903,55
Vigilância Sanitária	5.000,00	5.000,00		0,00		0,00
Vigilância Epidemiológica	282.000,00	272.000,00		177.001,53		177.001,53
<b>APLICAÇÃO SAÚDE RECURSOS PRÓPRIOS</b>	<b>76.484.000,00</b>	<b>79.217.995,26</b>	<b>53,75</b>	<b>39.851.908,44</b>	<b>27,04</b>	<b>39.056.304,67</b>
						<b>26,50</b>

O gráfico abaixo apresenta o percentual de gasto na saúde pela despesa empenhada, liquidada e paga em relação a aplicação mínima.



Conforme apresentado no quadro acima, constatamos que até o período analisado, a despesa empenhada e liquidada com ações e serviços públicos de saúde representou, respectivamente, **53,75%** e **27,04%** das receitas e transferências de impostos, portanto, a despesa empenhada e liquidada cumpriu o disposto no art. 77, inciso III, §4º do ADCT da Constituição Federal e Lei Complementar Federal nº 141/12.

Dados extraídos do sistema da empresa Prescon em set/2022 para compor relatório obrigatório de controle interno com demonstrações do 1º quadrimestre de 2022. Dados com acompanhamento mensal



# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

## Relatório de Controle Interno

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

---

### 07. Questionários Respondido pelos Departamentos

Conforme questionário elaborado pelo Departamento de Controle Interno, foi realizada solicitação aos Departamentos da Prefeitura, considerado pontos de risco, e baseando se nas diretrizes do manual do TCESP, desenvolvido em planilhas, com perguntas diretas que caberia apenas duas respostas, sim/não para traçar perfis dos trabalhos que são executados e os que ainda não são, mas num planejamento em gestão devem num futuro próximo serem elaborados.

Abaixo temos nos departamentos questionados o seguinte:

#### 07.01. Educação

Conforme questionário respondido pela **Secretaria da Educação** tivemos sobre o Conselho do FUNDEB é formado por membros definidos no art. 17, da Lei 14.113, de 2020, foi informado que sim.

Os integrantes do Conselho FUNDEB foram indicados por membros das entidades representativas de professores, pais de alunos, diretores e de estudantes (art. 34, IV, da Lei 14.113, de 2020), foi informado que sim.

Há participantes do Conselho FUNDEB que têm laços de parentesco com agentes políticos ou tesoueiros, contadores e controladores internos ou tem contrato com a Prefeitura (art. 24, § 5º do diploma mencionado), foi informado que não.

O Conselho FUNDEB se reúne periodicamente para apreciar a utilização dos recursos? Foi informado que sim.

Nas reuniões do Conselho FUNDEB, o que é apurado referente a gerência dos recursos educacionais, é emitido relatório? Foi informado que sim.

Nas reuniões do Conselho FUNDEB, já foi identificado, algumas deficiências do ensino administrado pela Prefeitura? Foi informado que sim.

Os professores têm feito, com regularidade, cursos de aperfeiçoamento? Foi informado que sim.

#### 07.02. A eficiência do Controle Social da Educação

A Prefeitura facilita o acesso aos relatórios financeiros do FUNDEB, além de possibilitar visitas a obras escolares e aos serviços de transporte escolar aos Conselheiros do FUNDEB? Foi informado que sim.

As folhas salariais da Educação foram rubricadas por todos os membros do Conselho do FUNDEB? Foi informado que sim.

As prestações de contas do FUNDEB contêm parecer conclusivo do Conselho do FUNDEB, (art. 31, § único)? Foi informado que sim.

O Conselho do FUNDEB participou da elaboração da proposta orçamentária do Fundo (art. 33, § 2º)? Foi informado que sim.

O Conselho do FUNDEB realizou a supervisão do censo escolar do MEC (art. 33, § 2º)? Foi informado que sim.

O Conselho do FUNDEB emitiu parecer conclusivo sobre o uso dos recursos ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar e ao Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (art. 33, § 2º)? Foi informado que sim.



# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

## Relatório de Controle Interno

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

O Conselho de Alimentação Escolar foi instituído e é composto por representantes do Poder Executivo, da Educação, alunos, Pais de Alunos e da Sociedade Civil? Foi informado que sim.

O Conselho de Alimentação Escolar acompanha a aplicação do teste de aceitabilidade da merenda nas unidades escolares? Foi informado que sim.

A merenda escolar oferecida está de acordo com o cardápio aprovado pelo nutricionista responsável técnico? Foi informado que sim.

Os hábitos alimentares dos alunos são respeitados? Foi informado que sim.

Os locais, o estado de conservação, o armazenamento, a validade, a preparação e a distribuição dos alimentos estão em condições de higiene adequadas? Foi informado que sim.

Há atas de reuniões do Conselho de Alimentação Escolar? Foi informado que sim.

Há Regimento Interno e Plano de Ação do Conselho de Alimentação Escolar? Foi informado que sim.

### 07.03. Almoxarifado

Conforme questionário respondido pelo **Almoxarifado** Há definição de estoques mínimos? Foi informado que não.

Os inventários têm sido periodicamente realizados? Foi informado que sim.

Há segurança na estocagem dos materiais? Foi informado que sim.

Há emissão de requisições de saída? Foi informado que sim.

Tem sido feita conferência no recebimento de materiais? Foi informado que sim.

Tem sido feita conferência de validade dos produtos estocados? Foi informado que não.

Em balanços anteriores, fez o Tribunal de Contas específicas recomendações para tal item de atenção? Foi informado que não.

### 07.04. Patrimônio

Conforme questionário respondido por **Bens de Caráter Permanente** Foi realizado o inventário anual de bens móveis e imóveis, nos termos do art. 96 da Lei nº 4.320, de 1964? Não foi respondido.

Existem termos de transferência de bens? Foi informado que sim.

No Registro de Imóveis estão sendo averbadas novas construções e/ou ampliações? Não foi respondido.

Para cada bem de caráter permanente, há servidor designado para guarda e administração? (art. 94 da Lei nº 4.320, de 1964). Foi informado que sim.

Os bens de maior valor têm cobertura de seguro? Não foi respondido.

Em auditoria das contas de 2021, fez o TCESP específicas ou recomendações? Não foi respondido.

### 07.05. Despesa

Conforme questionário respondido por **Encargos Sociais** Dispõe o Município do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP? Foi informado que sim

Dispõe o Município do Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS? Foi informado que sim.

Os valores recolhidos ao sistema próprio de previdência, ao INSS e ao FGTS são compatíveis com o tamanho da folha de pagamento? Foi informado que sim.



# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

## Relatório de Controle Interno

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Os valores recolhidos ao PASEP são compatíveis com a magnitude da receita? Foi informado que sim.

Os parcelamentos previdenciários estão sendo cumpridos? Foi informado que sim.

As dívidas previdenciárias estão todas contabilizadas? Foi informado que sim.

É verificado a contabilização de receita e comparado com os extratos bancários? Foi informado que sim.

Houve retenção do ISS e do IR sobre o pagamento de serviços? Foi informado que sim.

O Tribunal de Contas fez alerta notificando que, até o fim do ano, a Prefeitura pode não atingir o mínimo constitucional (15% da receita de impostos) a ser aplicado na Autarquia de Saúde? Foi informado que sim.

Os saldos bancários da Autarquia de Saúde estão individualizados no Balanço Patrimonial da Prefeitura (art. 50, I da LRF)? Foi informado que sim.

As conciliações bancárias têm sido feitas em períodos mensais? Foi informado que não.

### 07.06. Execução Orçamentária

Conforme questionário respondido pela **Execução Orçamentária** Emitiu o Tribunal de Contas alertas quanto a possível tendência de déficit, e ser insuficiente para pagamentos de restos a pagar? Foi informado que não.

Valores relacionadas ao Regime Próprio de Previdência, receitas e despesas têm sido afastadas na análise do resultado da execução orçamentária? Não foi respondido.

Está sendo observado no resultado orçamentário da Administração direta (Prefeitura e Câmara) analisando sem as receitas e despesas da Administração indireta (Autarquias de Saúde e ITAPREV)? Não foi respondido.

Quando a Prefeitura é simples intermediário de recursos da União ou do Estado, as receitas têm sido contabilizadas de modo extraorçamentário? Foi informado que sim.

Foi realizado cancelamento de Restos a Pagar em 2022? Foi informado que sim.

Houve alterações orçamentárias por meio de créditos adicionais ou mediante transposições, remanejamentos e transferências? Foi informado que sim.

### 07.07. Gestão de Precatórios Judiciais

Conforme questionário respondido por **Gestão de Precatórios Judiciais** Emitiu o Tribunal de Contas alerta sobre insuficiente pagamento judicial? Foi informado que não.

O último mapa orçamentário e a anterior dívida judicial estão sendo pagos conforme as mais recentes determinações do Supremo Tribunal Federal – STF? Foi informado que sim.

Toda a dívida judicial está devidamente contabilizada no Balanço Patrimonial? Foi informado que sim.

O registro analítico de precatórios contém as seguintes informações: dt do ajuizamento, nº do precatório, tipo da causa, nome do beneficiário, vl do precatório a ser pago, dt do trânsito em julgado, nº e dt do empenho e dt do efetivo pagamento? Foi informado que sim.

Houve acordos locais de parcelamentos? Foi informado que não.

### 07.08. Suprimentos

Conforme questionário respondido por **Licitações e Contratos** Os Editais estão conforme as Súmulas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo? Foi informado que sim.



# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

## Relatório de Controle Interno

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Os objetos das licitações são bem definidos? Foi informado que sim.

Os Convites têm sido expedidos para fornecedores variados? Foi informado que sim.

É realizado, mais aos Convites do que aos Pregões? Foi informado que não.

Relativamente à despesa total, é maior o nível de contratações diretas (dispensas ou inexigibilidades)? Foi informado que não.

Em relação ao total de contratos, os aditamentos são maiores do que 50% deste total? Foi informado que não.

Nas dispensas licitatórias por valor, é realizado pesquisa junto a pelo menos três fornecedores? Foi informado que sim.

Relativas à criação, expansão e aprimoramento da ação governamental, as licitações estão instruídas com estimativa trienal de impacto orçamentário-financeiro e por declaração de compatibilidade com o PPA e a LDO? Foi informado que sim.

Os contratos ou ajustes têm sido enviados ao Tribunal de Contas quando selecionados e requisitados? Foi informado que sim.

Houve neste semestre de 2022, sanções aplicadas em alguns contratos? Foi informado que não.

Se o item anterior foi "SIM", é de praxe informar ao Tribunal de Contas, as sanções aplicadas a contratados? Foi informado que sim.

O Tribunal de Contas já fez recomendações específicas, para tal itens anteriores, em informá-los, relativo as sanções em contratos? Foi informado que não.

Os editais de licitação e contratos estão disponibilizados na íntegra no Portal de Transparência? Foi informado que sim.

### 07.09. Recursos Humanos

Conforme questionário respondido por **Recursos Humanos** Neste semestre de 2022 a oscilação foi acima de 5% no quadro de servidores (contratados e demitidos)? (Ex. TOTAL DE SERVIDORES / CONTRATADOS E DIMITIDOS). Não foi respondido.

Neste semestre de 2022 houve admissões por concurso público? Foi informado que sim.

Neste semestre de 2022 houve admissões por tempo determinado? Foi informado que não.

Neste semestre de 2022 houve demissões? Foi informado que sim.

Neste semestre de 2022 houve demissões por aposentadoria de servidores? Foi informado que sim.

Os contratados por tempo determinado são realizados processo seletivo simplificado? Foi informado que sim.

Foi enviado, ao Tribunal de Contas, relação de movimentação de pessoal, em conformidade com o programa SISCAA (Controle de Admissão e Aposentadoria)? Foi informado que sim.

Há programa de treinamento de servidores? Foi informado que não.

Há cargos em comissão não ligados à direção, chefia e assessoramento? Foi informado que não.

Há excesso de cargos em comissão relativamente aos de provimento efetivo? Foi informado que sim.

Os ocupantes de cargos em comissão têm recebido horas extras? Foi informado que não.

As faltas ao serviço são registradas na ficha funcional do servidor? Foi informado que não.



# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

## Relatório de Controle Interno

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Em referência ao item anterior, fez o Tribunal de Contas específicas recomendações quanto a tal item de atenção? Foi informado que não.

### **07.10. Planejamento - Plano Plurianual**

Conforme questionário respondido por **Planejamento** o programa de governo, apresenta despesas de capital e programas de duração continuada para quatro anos? Foi informado que sim.

Tais conteúdos estão orientados por metas físicas e custos estimados? Foi informado que sim.

Houve debate em audiências públicas, nos moldes do art. 48, § único, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal? Foi informado que sim.

As audiências públicas foram realizadas em locais, datas e horários que possibilitaram a participação da sociedade, tais como finais de semana ou fora do horário comercial e com ampla divulgação? Foi informado que não.

A audiência foi aberta na Internet também? Foi informado que não.

Há atas que comprovam a realização daquelas audiências? Foi informado que sim.

O PPA encontra-se disponível na página eletrônica do Município, tal como quer o art. 48? Foi informado que sim.

### **07.11. Lei de Diretrizes Orçamentarias**

Existe anexo estabelecendo, por programa de governo, as metas e prioridades para o ano seguinte? Foi informado que sim.

Tais ações acham-se municiadas por metas físicas e custos estimados? Foi informado que sim.

Há critérios para limitação de empenho e repasses a entidades do terceiro setor (art. 4º, I, "b", "f", da LRF)? Foi informado que sim.

Há autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas próprias da União e do Estado (art. 62, I, da LRF)? Foi informado que sim.

Há orientações gerais para elaborar o orçamento-programa? Foi informado que sim.

A LDO contém o anexo de metas fiscais? Foi informado que sim.

Houve debate em audiências públicas, nos moldes do art. 48, § único, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal? Foi informado que sim.

Há atas que comprovam a realização daquelas audiências? Foi informado que sim.

As audiências públicas foram realizadas em locais, datas e horários que possibilitaram a participação da sociedade, tais como finais de semana ou fora do horário comercial e com ampla divulgação? Foi informado que não.

Audiência foi aberta na Internet também? Foi informado que não.

A LDO encontra-se disponível na página eletrônica do Município, tal como quer o art. 48? Foi informado que sim.





# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

## Relatório de Controle Interno

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

### 07.12. Lei Orçamentária Anual

O orçamento agregou receitas e despesas da Administração direta (Prefeitura e Câmara), Autarquias Saúde e Itaprev (art. 165, § 5º, I, da CF)? Foi informado que sim.

Foram incluídos novos projetos sem que os antigos contassem com verba orçamentária (art. 45 da LRF)? Foi informado que não.

O orçamento foi detalhado até o elemento de despesa (art. 15 da Lei 4.320, de 1964)? Foi informado que sim.

O orçamento inclui autorização genérica para transposições, remanejamentos e transferências? Foi informado que sim.

Há recursos para ações voltadas à criança e ao adolescente, em obediência ao art. 227 da Constituição e ao art. 4º, parágrafo único, "d", da Lei Federal n.º 8.069, de 1990? Foi informado que sim.

Foi prevista Reserva de Contingência para suprir passivos ocasionais, contingentes, descritos no anexo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (art. 4º, § 3º e art. 5º, III, ambos da LRF)? Foi informado que sim.

Os precatórios dos mapas dos Tribunais de Justiça e Trabalho estão todos alocados nas respectivas dotações? Foi informado que sim.

O orçamento legislativo atende aos limites constitucionais à despesa total? Foi informado que sim.

Há anexo mostrando: a) compatibilidade com as metas fiscais da LDO; b) perda financeira à conta de renúncias fiscais que persistam na vida financeira do Município (art.5º, I e II da LRF)? Foi informado que sim.

Há anexo mostrando: a) medidas para compensar influências negativas sobre o resultado da execução orçamentária, fruto de nova renúncia de receita ou do aumento da despesa obrigatória de caráter continuado (art.5º,I e II da LRF)? Foi informado que sim.

Houve debate em audiências públicas, nos moldes do art. 48, § único, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal? Foi informado que sim.

Há atas que comprovam a realização daquelas audiências? Foi informado que sim.

As audiências públicas foram realizadas em locais, datas e horários que possibilitaram a participação da sociedade, tais como finais de semana ou fora do horário comercial e com ampla divulgação? Foi informado que não.

A audiência foi aberta na Internet também? Foi informado que não.

A LOA encontra-se disponível na página eletrônica da prefeitura, tal como quer o art. 48? Foi informado que sim.

### 07.13. Receita

Conforme questionário respondido pela **Receita** Emitiu o Tribunal de Contas alerta notificando que a receita não vem se comportando tal qual o esperado, o que exige contenção da despesa não obrigatória? Não foi respondido.

O Cadastro Fiscal Mobiliário e Imobiliário está organizado e atualizado? Foi informado que não.

A planta Genérica de Valores está atualizada? Foi informado que sim.

Existe sistema integrado com cartórios de registro de imóveis para evitar sonegação do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI? Foi informado que não.



# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

## Relatório de Controle Interno

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

A fiscalização tributária emite periodicamente relatórios? Não foi respondido.

Há segregação de funções entre os setores de Lançadora, Arrecadação, Fiscalização e Contabilização, e permissões de acesso do sistema, com identificação do usuário e registro das transações efetuadas? Foi informado que sim.

Está sendo cobrado ISS sobre atividades cartoriais e bancárias? Não foi respondido.

Em 2020, 2021 e 2022, a receita está crescendo quando comparado os saldos? Não foi respondido.

### **07.14. Repasses a Entidades do Terceiro Setor**

As entidades do Terceiro Setor, impedidas pelo Tribunal de Contas, pelo Poder Judiciário ou penalizadas por entidades repassadoras são verificadas quanto suas documentações para serem subvencionadas pelo erário? Foi informado que sim.

As transferências sujeitaram-se aos critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)? Foi informado que sim.

As entidades do Terceiro Setor subvencionadas estão cumprindo as metas físicas e indicadores qualitativos do convênio? Foi informado que sim.

As entidades do Terceiro Setor subvencionadas oferecem boas condições de funcionamento? Foi informado que sim.

É verificado se está além da realidade de mercado o salário dos dirigentes das entidades do Terceiro Setor? Foi informado que não.

As contas das entidades do Terceiro Setor estão sendo regularmente prestadas? Foi informado que sim.

As entidades do Terceiro Setor suas despesas respeitam os objetivos pactuados no convênio? Foi informado que sim.

Está sendo enviado as prestações de contas das entidades do Terceiro Setor ao Departamento de Controle Interno para que seja emitido parecer conclusivo sobre a regularidade? Foi informado que não.

As entidades do Terceiro Setor divulgam as informações relativas ao objeto do repasse na Internet? Foi informado que sim.

Em relação ao item anteriores, fez o Tribunal de Contas particulares recomendações para tal item de atenção? Foi informado que não.

### **08. CONCEITO ADMINISTRATIVO - GESTÃO**

Destacamos dados necessários a serem incrementados para o 3º quadrimestre de 2022 em referência ao planejamento e na gestão.

A Gestão Pública é a forma como são aplicados os processos de planejamento e as práticas tem seu foco no bem comum, ou seja, o desenvolvimento econômico e social da população Itapeçericana, mas devemos ter um olhar nas atividades na gestão, se impacta positivamente na vida destes Itapeçericanos.

Nos desenvolvimentos das ações diretas ou indiretas pela Prefeitura, exemplificando, o controle Interno em conjunto com várias atividades que visam impactar de alguma forma a realidade social, cultural, política ou econômica, portanto o conjunto de aplicações das normas legais e a gestão, perseguidas pelo DCI numa aplicação conjunta de várias atividades estabelece cinco princípios que orientam à administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

## Relatório de Controle Interno

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Esses princípios traçam as diretrizes da Gestão e do Planejamento, tão necessário e que tem sido tentada o esclarecimento na sua condução pelo DCI para enfrentar diversos desafios vividos nesta nova gestão. (Texto conceitual traduzido de [Entenda as diferenças entre Gestão Pública e a administração privada \(unicesumar.edu.br\)](http://unicesumar.edu.br))

### 09. RESUMO – RECOMENDAÇÃO

- 01. Avaliação da Gestão Orçamentária** – quando e avaliado neste quadrimestre, é constatado que há tendência na verificação dos números apresentado, podendo não atingir o planejado, portanto necessita de atenção maior em sua execução.
- 02. Avaliação da Execução Financeira** – observa-se que na execução financeira há recurso suficiente para fazer frente as despesas, mas quando analisamos despesas liquidadas, e às que ainda não foram liquidadas, observamos um resultado financeira deficitário. Neste universo fica claro que há necessidade de gestão acirrada no planejamento que ainda não é constatado, mesmo possuindo liquidez.
- 03. Avaliação das Conciliação Bancária** – no período de análise não foi possível verificar. Necessário criar mecanismo conjunto entre o Departamento de Despesa e o Departamento de Controle Interno para realizar avaliação neste item.
- 04. Aplicação dos Recursos no Ensino (art. 212, CF)** - no aspecto de empenho no período foi devidamente cumprido o dispositivo legal, mas não foi cumprido quanto ao liquidado. Há necessidade de aprimorarmos a gestão para que possamos melhorar nosso planejamento.
- 05. Aplicação dos Recursos do FUNDEB** – neste item fica prejudicado em vista de que os dados não estão consistentes para análise, portanto quando da verificação nota-se a necessidade do sistema da Prefeitura contratado pela empresa Prescon Informática Assessoria Ltda serem devidamente auditados.
- 06. Aplicação dos Recursos na Saúde (art. 77, § 4º, inc. III, ADCT CF)** – na análise apresentada constatamos que as despesas empenhadas e liquidadas cumpriram o disposto.
- 07. Questionário Respondido pelos Departamentos**
  - a. **Educação** – dos questionários respondidos temos a recomendar que a Educação, nas reuniões do Conselho do FUNDEB, houve observações na deficiência do ensino administrado pela Secretaria, portanto há necessidade de ser verificado para corrigir erros na gestão e no planejamento.
  - b. **Almoxarifado** - deverá ser definido estoque mínimo para que materiais de necessidade não venha faltar, bem como deverá ser periodicamente conferido seus estoques.
  - c. **Patrimônio** – não foi informado ao DCI os bens de caráter permanente já que na Prefeitura não é definido e não há regularidade de que é, e qual setor seria responsável por este item, portanto há necessidade de amplo planejamento para a sua regularização. Não foi informado ao DCI em referências aos registros de novos imóveis ou suas averbações. Não foi informado ao DCI em referência se tem seguro bens de maior valor. Não foi informado ao DCI sobre auditoria do TCESP das contas de 2021 se houve recomendações referente aos itens.



# Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra

## Relatório de Controle Interno

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

- d. **Despesa** – as conciliações bancárias ainda não são realizadas mensalmente, nossa recomendação é que num trabalho conjunto com o DCI, que deve analisar as conciliações bancárias que seja planejado estes novos procedimentos.
- e. **Execução Orçamentaria** – não foi informado ao DCI se tem sido afastada na análise do resultado da execução orçamentaria valores de despesa e receita do Itaprev e da Autarquia de Saúde.
- f. **Recursos Humanos** – não foi informado ao DCI se a oscilação do quadro de pessoal de contratado e demitido foi acima de 5%. Não é realizado treinamento de servidores nesta Prefeitura, portanto há necessidade de realizar este tipo de programa. Hoje há excesso de servidores em comissão, portanto devemos planejar para que reverta este quadro. Há necessidade de serem registrados as faltas dos servidores em sua ficha funcional.
- g. **Lei de Diretrizes Orçamentarias e Lei Orçamentaria Anual** – deverá serem realizadas as audiências públicas em datas e horários que possibilite a participação dos munícipes, bem como aberta na internet.
- h. **Receita** – não foi informado ao DCI se o TCESP alertou ou notificou referente ao comportamento das receitas. O cadastro Fiscal Imobiliário deverá ser organizado e atualizado. O sistema informatizado da Prefeitura deverá ser integrado aos cartórios. Não foi informado ao DCI se a fiscalização tributária emite relatórios periódicos. Não foi informado ao DCI se é cobrado ISS sobre atividade cartoriais e bancárias. Não foi informado ao DCI se em 2020, 2021 e 2022 está crescendo a receita quando comparado.
- i. **Repasse a Entidade do Terceiro Setor** – não é verificado se os salários dos dirigentes estão fora do mercado, necessário verificar. Não está sendo enviado as prestações de contas ao Departamento de Controle Interno.

Itapeçerica da Serra, 03 de outubro de 2022.

Departamento de Controle Interno